



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 137

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1966

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

(*) RESOLUÇÃO

Nº 58, DE 1966

Aposenta, por invalidez, João Alves da Silva, Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 191, item I e § 3º da Constituição Federal, combinado com os arts. 340, item III, e 341,

item III, da Resolução nº 6 de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, o Motorista PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, João Alves da Silva.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1966.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Republicado por ter saído com incorreções

Republicado por ter saído com incorreções

ATA DA 167ª SESSÃO, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA
DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Lobão da Silva
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Nogueira da Gama
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Bezerra Neto
Mello Braga
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá — 22.

© SR. PRESIDENTE.

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(De 1º do mês em curso)

Restituição de Projetos de Lei

Nº 785-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 260-66 (nº 3.903-B,

de 1966, na Casa de origem), que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.117.209.671 (dois bilhões cento e dezessete milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), para restituição a "The Bank of Tokio Ltda", sucessor de "The Yokohama Specie Bank Ltd.";

Nº 786-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 258-66 (nº 3.907-B, de 1966, na Casa de origem) que altera dispositivos da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, que extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército, e dá outras providências;

Nº 787-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 248-66 (nº 3.827-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 4.530.266.261 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e um cruzeiros), correspondente à quota de participação do Fundo Naval Aduaneiro verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965;

Nº 788-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 257-66 (nº 3.905-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza a transferência, para a Universidade do Estado da Guanabara, do imóvel delimitado pelas ruas Oito de Dezembro São Francisco Xavier, prolongamento da Rua Turf Club e terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil;

Nº 789-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 249-66 (nº 3.832-B, de 1966, na Casa de origem), que revoga os Decretos-Leis nºs 290, de 23 de fevereiro de 1938, e 4.265, de 17 de abril de 1952, que dispõem, respectivamente, sobre a sêda e seus compostos e sobre o emprego da palavra sêda;

Nº 790-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 241-66 (nº 3.828-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia da Guaratinguetá, Estado de São Paulo, um colóscópio Hilsenmann de fabricação "J. D. Moeller Optisch Werke."

Nº 791-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 259-66 (nº 3.900-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a reinvestir os dividendos das ações da Fábrica Nacional de Motores S.A.;

Nº 792-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 256-66 (nº 3.904-B, de 1966, na Casa de origem) que eleva a pensão mensal concedida à viúva de Francisco Tito de Souza Reis e dá outras providências;

Nº 793-66, na origem — Projeto de Lei da Câmara nº 251-66 (nº 3.838-B, de 1966, na Casa de origem), que eleva Lei da Câmara nº 251-66 (nº 3.838-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a aforar, sem concorrência pública os terrenos de marinha e de acrescidos que mencionam, situados no Estado da Guanabara.

OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

Brasília, 30 de novembro de 1966. Comunica remessa do Projeto de Decreto Legislativo

Nº 270-C, de 1966, à promulgação.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal que a Câmara dos Deputados aprovou o Substitutivo dessa Casa do Congresso Nacional ao Projeto de Decreto Legislativo nº 270-C, de 1966, que dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda-de-custo dos membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971.

Outrossim, comunico a V. Exª que a referida proposição foi, nesta data, enviada à promulgação.

Aproveito a oportunidade para renovar V. Exª os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Nilo Coelho, 1º-Secretário.

OFÍCIOS

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do

Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 272, de 1966

(Nº 3.441-B-66, NA ORIGEM)

Concede isenção de tributos para importação de bens à FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de licença prévia de importação, do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da marinha mercante, de emolumentos consulares de taxas de armazenagem e capatazias, para donativos até o limite de cinquenta mil toneladas anuais destinados à FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — e a ela consignados, quer por pessoas físicas ou jurídicas entidades congêneres estrangeiras, organizações internacionais ou governos estrangeiros, e a serem remetidos até 1975 para distribuição gratuita através de obras de assistência social e educacional, constituídos por gêneros alimentícios, roupas, sapatos, medicamentos, equipamento hospitalar, médico e dentário, equipamento para educação de base inclusive equipamento audiovisual, receptor e transmissor de rádios e para impressão, fertilizantes e equipamentos agrícolas, todo o equipamento necessário para artesãos e escolas profissionais de carpintaria mecânica e costura, inclusive máquinas, serras, tornos, plainas, máquinas de costura e máquinas de escrever.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 273, de 1966

(Nº 3.954-A-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Colonna, Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Colonna, Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 274, de 1966

(Nº 3.952-A-66, NA ORIGEM)

Alterar o art. 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, no concernente à denominação da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará, federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (art. 3º item II) e incorporada à mesma Universidade pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 275, de 1966

(Nº 3.943-A-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida naquela capital.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 56,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 70,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, omitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida naquela capital.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 276, de 1966

(Nº 3.942-A-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões setecentos e oitenta mil setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao excesso de arrecadação do “Imposto de Faróis”, nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta cruzeiros), relativo ao excesso de arrecadação do “Imposto de Faróis”, de que trata a Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 278, de 1966

(Nº 3.923-B-66, NA ORIGEM)

Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás, federalizada pela Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, e incorporada à mesma Universidade pela referida Lei, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás.

Art. 2º Os cargos de Professor Catedrático do Quadro Único, Parte Permanente, da Universidade Federal de Goiás, lotados na Faculdade de Farmácia e Odontologia, serão distribuídos, conforme suas especialidades, entre as duas Faculdades de que trata a presente Lei.

Art. 3º As denominações das cátedras serão adaptadas ao currículo mínimo, fixado pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º A Congregação da Faculdade desdobrada procederá à adaptação prevista, resguardados os interesses do ensino.

§ 2º Os professores serão ouvidos antes de se processar a consequente apostila nos respectivos títulos, devendo ser-lhes assegurada plena defesa de seus interesses.

§ A apostila de que trata o parágrafo anterior será feita pelo órgão competente da Universidade Federal de Goiás.

§ 4º Os servidores administrativos, atualmente lotados na Faculdade ora desdobrada, serão distribuídos, por ato do Reitor, entre as duas unidades universitárias instituídas pela presente Lei.

Art. 4º No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, a Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade encaminharão projetos de seus Regimentos a exame do Conselho Universitário, o qual, depois de apreciá-los, os submeterá à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados os Regimentos de que trata este artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Regimento da Faculdade desdobrada.

Art. 5º A Reitoria da Universidade Federal de Goiás incumbirá promover as medidas indispensáveis ao funcionamento das duas Faculdades instituídas por esta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão atendidas pelos recursos próprios, consignados no orçamento da União, em favor da Universidade Federal de Goiás.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 279, de 1966

(Nº 3.922-B-66, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central, o crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de despesas de pessoal, para a execução de obras previstas no Plano de Atividades da instituição, durante o exercício de 1966.

Parágrafo único. O crédito a que se refere a presente Lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças,

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 280, de 1966

(Nº 3.921-B-66, NA ORIGEM)

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro para os materiais constantes da licença nº DG-65-2.418-2.596, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Sociedade de Economia Mista do Estado de São Paulo.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material como similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está lida a leitura do expediente.

De acordo com o que estabelece a Extensa Constitucional nº 17 serão encaminhados ao Arquivo os Projetos de Lei do Senado números 5, de 1956, que isenta do visto consular turistas nacionais de países amigos e 59, de 1962, que dispõe sobre a venda de apartamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado situados em Brasília aos atuais moradores.

Os referidos projetos, tendo tido pareceres contrários das Comissões a que competia estudá-los no mérito.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário o projeto de lei nº 279, de 1966, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central. O Congresso Nacional decreta:

É lido o seguinte:

OFÍCIO

Ofício nº 007-66-GSEL

Brasília, 29 de novembro de 1966

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que, em virtude de compromissos anteriores, não me será possível integrar a Comissão designada por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na reunião de investidores na Amazônia, a realizar-se entre os dias 3 e 11 de dezembro do ano em curso. Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu elevado apreço e distinguida consideração. — *Edmundo Fernandes Levi.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) A Mesa toma conhecimento da comunicação feita pelo nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Ofício vai à publicação. O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 413, de 1966

Nos termos da letra b, do § 1º, do art. 66, do Regimento Interno, requeremos seja prorrogado o prazo da Comissão Especial criada com a aprovação do requerimento nº 285, de 1966, para "proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas minerais e produtos agropecuários nacionais".

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1966. — *Heribaldo Vieira*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. — *José Ermirio*, Relator. — *Atílio Fontana*. — *Argemiro de Figueiredo*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido não poderá ser votado na sessão de hoje por falta de quorum. Será incluído, oportunamente, na Ordem do Dia. (Pausa)

Sobre a mesa, outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 414, de 1966

Requeremos que, observadas as normas regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através da Casa Civil da Presidência da República, as seguintes informações:

- 1) Quais as dotações orçamentárias de 1966, destinadas aos municípios e a instituições hospitalares, de pesquisa, de assistência social e educativas, que não foram ou não serão pagas até o fim do exercício financeiro?
- 2) Quais as razões da recusa ou da falta de pagamento de tais dotações?
- 3) A quanto montam, das referidas, as dotações que não foram ou não serão pagas?
- 4) Quais as dotações pagas, seu respectivo valor e o critério de atendimento adotado pelo governo?

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1966. — *Josaphat Marinho*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido não depende de apoio nem de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. (Pausa) Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, realiza-se hoje, na cidade do Salvador, a transladação, para o túmulo definitivo, mandado construir pelo Estado, dos restos mortais de Octávio Mangabeira.

Falecido no Rio de Janeiro, a 29 de novembro de 1960, foi sepultado em sua terra natal, precisamente a 1º de dezembro.

Consagrando-lhe hoje a memória imperecível, a Bahia traduz, na homenagem a seu filho ilustre, o sentimento de justiça com que ele sempre a exaltou, comovido.

Ainda em 1945, ao voltar do segundo e longo exílio, na Praça da Sé, num imenso comício, Octávio Mangabeira abriu o coração e a consciência aos baianos, numa confissão enternecedora, que era também um julgamento definitivo.

Falou assim:

"Nesta praça erguia-se até há pouco a velha igreja em que me batizei. Distam daqui poucos metros o pequeno sobrado em que nasci, a casa onde dava aula a professora que me ensinou a ler. Tudo, através destas ruas, é para mim uma reminiscência da infância e da mocidade. Eduquei-me ouvindo e cantando o hino do 2 de julho, que é como um brado para as gerações, pregando a execução do despotismo.

Aqui a montanha e o mar, a montanha que é, em si mesma, um símbolo de altitude, e o mar que, desenrolando-se até onde a vista alcança, nos habitua a ver longe, abrindo e dilatando os horizontes, aqui a montanha e o mar, como que plasmaram as consciências. O traço dominante da Bahia, quando a observamos pelo prisma da ação cívica e política, é o do esquecimento de si mesma, quando entram em jogo a Pátria e a humanidade, é o da abnegação, o do altruísmo com que nunca faltou, no Brasil, ao seu dever de primogenitura, e o do sentimento, o da visão não tanto regional ou regionalista; mas antes nacional, senão até universal e humana dos homens que serviram de padrão ao espírito baiano.

Castro Alves poderia ter cantado os primores da nossa natureza, ou a fama dos heróis que se libertaram aos pináculos da glória. Preferiu descer às senzalas para cantar os escravos, o martírio da raça oprimida. Fê-lo nas mais candentes das apóstrofes com que nunca a palavra humana subiu mais alto para cair como um rai fulminando a iniquidade.

Ruy Barbosa viveu e morreu sagrando com o sacrifício a fé com que devotou os prodígios do seu gênio, não maior do que a sua intrepidez, às duas grandes paixões que o devoraram: a da justiça e a da liberdade, onde quer que a injustiça ou a opressão alcançaram o colo no mundo".

Dessa compreensão humana da vida e dos regimes políticos, que dividiu em sua terra natal, não se afastou, jamais, o poder, ou no ostracismo em que quase sempre viveu. No poder, era a autoridade civilizada, revestida de cordura e humildade, de tolerância, de irrepreensível respeito aos direitos, sobretudo aos direitos dos mais fracos. Impunha-se pelo recato e pela impessoalidade de seus atos. Na oposição, era a bravura educada, a serviço da ordem civil e

democrática, da justiça social e política. Intransigente, na adversidade com os poderosos era, contudo, por temperamento e por formação, um conciliador. Dominava-o, por inteiro, a preocupação de fazer o povo feliz. Em 1936, já depois do primeiro exílio, acentuou, na Câmara dos Deputados:

"Uma pátria como a nossa, que se comoveu ante a desgraça dos escravos africanos, e ainda hoje se entenece aos ecos dos seus sofrimentos, não pode ser compatível com os regimes, comunistas ou fascistas, que importem, de qualquer modo, em sua prática, direta ou indiretamente, na escravatura de seus próprios filhos".

Advogado da igualdade organizada, lamentava os desequilíbrios sociais e econômicos que dividem o Brasil em grupos que se ignoram.

Na Conferência comemorativa do cinquentenário do Centro Acadêmico XI de agosto, advertia:

"Somos, nesta nação, duas nações perfeitamente distintas, que não se conhecem uma à outra, que nada tem a ver uma com a outra, tanto uma da outra se separa e se diferencia: a dos que possuem e podem e a dos que nada podem nem possuem. Já não me refiro ao operário que, tendo uma profissão, dela afeite, de qualquer modo, meios de viver, mas ao que se acha abaixo dele, à grande massa, imensa, inumerável, analfabeta e doente, sem ofício nem benefício, que todos nós perguntamos, a cada passo, a nós mesmos, como é que pode viver, principalmente nas atuais circunstâncias. Mas é que vive, morrendo".

Vivendo ou morrendo continuam, como continuam, legiões de brasileiros, estranhos à ação do poder e à justiça da sociedade. Não raro, nem a caridade os ampara.

O lutador esclarecido, atento a esse quadro doloroso, observou em 1952:

"A miséria, entretanto, vai lavrando, principalmente no interior do País. Um dos povos mais pobres do mundo, como é o brasileiro, vê-se compelido a pagar preços dos mais elevados, talvez em certos casos os mais altos, que no mundo se estão pagando: pela habitação, pela comida, pelo medicamento, pela roupa, até pela sepultura".

Homem de Estado, e inteligência vigorosa, não se limitou a condenar os males. Rebelde sempre às ditaduras, propugnou as reformas, dentro do sistema democrático.

"As ditaduras" — disse em 1935, num instante de muito entusiasmo pelos regimes de força — "as ditaduras, sejam da direita ou da esquerda, correspondem, no fundo, a estados mórdbidos, mais ou menos agudos, que não de passar com os males que os geraram, tanto é certo que os homens não nasceram para ser escravos uns dos outros".

Mas não entendia democracia autômica, abstencionista, indiferente aos sofrimentos das massas e às transformações do mundo. Proclamava, então, em Curitiba, em 1937, na campanha presidencial, que o golpe de Estado de 10 de novembro interrompeu:

"Ou se regenera a democracia, injetando-lhe no organismo, dir-se-ia, anestizado pelos miasmas que o contaminaram, uma onda de sangue novo — tanto vale dizer novos métodos, tanto

vale dizer novas práticas, o influxo das novas gerações, o concurso de todas as classes, unidas pela justiça social confundindo-se a vida política com a própria vida cívica do povo — ou serão malditos, no futuro, quem sabe se longe, ou próximo, os que, por incapacidade ou negligência, por inépcia, ou por falta de caráter no alto sentido do termo, se fizeram coevos de um regime”.

Homem de pensamento liberal e moderado, de ação contida por disciplina invariável, era avesso, contudo à dissimulação de propósitos. A habilidade reconhecida com que agia no processo político, não se transformava nunca no disfarce de seus reais intentos. Não tolerava o ludíbrio à opinião do País. Por isso mesmo, a partir de 1954, entrou em divergência com seus companheiros e aliados, por exigir mais firmeza. E nos acontecimentos de 1955, combatendo justificações formais, exclamou, na Câmara dos Deputados:

— “Ou se fazem revoluções ou não se fazem. Fervamos, porém, a mania das revoluções legais, ou das legalidades revolucionárias”.

Em 1934, quando a Câmara dos Deputados concedeu licença para o processo de parlamentares já presos, absteve-se de votar pois que, entre as últimas, se encontrava seu irmão, o Deputado João Mangabeira. Fez, entretanto, a seguir, no curso da sessão uma declaração. Nela acentuou que, naquela altura da vida, mantinha fidelidade a duas intransigências com que haveria de morrer: a intransigência democrática e a intransigência católica. E proferiu estas palavras, em que a beleza corre parelha com a sinceridade:

“Fiel à democracia, lastimo os que a desmataram, enfraquecendo-a e desprestigiando-a.

Fiel não menos à Igreja, reprovo o clericalismo, ou antes, o que se chama vulgarmente política de sacristia. Foi JESUS, Ele mesmo, quem disse que o seu reino não era deste mundo.

Católico, sincero e convicto, quequero a liberdade de cultos, pois não me arreio de nenhum, tão certo estou da divindade de Cristo, e, assim, da religião por Ele instituída, essa que, através de quatro séculos, vela pelos destinos do Brasil, e que, quanto mais haurida na pureza das fontes evangélicas, tanto mais há de ser o recto, só Ele o certo e o seguro, e que se há de acolher a humanidade, corrida dos temporais.

Democrata irreductível, quero a plena florescência das instituições livres, livre a opinião, o pensamento, sem restrições outras que as da lei, esta dominada, por seu turno, até onde o permitir as circunstâncias do espírito liberal, e argumento não há que me convença de que possam ser felizes os povos escravizados, nem há progresso que valha o preço da liberdade.

Democracia, entretanto, de facções ou de castas, democracia de poderosos, de ricos, democracia que não respire o ambiente das massas populares, que não busque apurar-se no cadinho da moralidade e da justiça, é farsa, é burlesca, é a negação de si própria”.

As visitantes da política, a prisão, o exílio e as dificuldades materiais não o fizeram mudar de convicção. Permaneceu democrata e católico. Católico e democrata, morreu.

O exercício do Governo da Bahia relacionou-se mesmo que os sofrimentos lhe espinçaram a personalidade, tornando-a imune ao desencanto, ao

ódio e ao orgulho. Foi exemplar no Governo: diligente, realizador, estimulador, tolerante e acalado. A humildade sobria, na prática do poder, engrandeceu-lhe a autoridade estimada.

Mas os serviços prestados à sua terra não o fizeram, em nenhum momento, julgar-se dela credor. Não se invocou, nunca, para reivindicar votos, como tantos, ontem e hoje. Ao contrário, ao candidatar-se ao Senado, em 1958, expressou aos seus conterrâneos:

“Não é em nome de quaisquer serviços que tenha prestado à Bahia que venho pedir-lhe o voto para representá-la no Senado; porque tais serviços, se os houve a Bahia já me os recompensou e persiste em recompensar-me com uma generosidade sem par. Nem se trata de serviços que porventura se prestem, visando a recompensas; e quem tem a fortuna de prestá-los, não faz, com isso, favor. Limita-se a cumprir o seu dever”.

A esse republicano ilustre, que prestou os últimos serviços a seu País nesta Casa do Congresso Nacional, a Bahia oferece, depois de morto, o abrigo permanente que as injustiças ou as incompreensões da política não lhe permitiram possuir em vida.

Alto a reverência do povo baiano, com o mesmo reconhecimento, o respeito de sua representação no Senado Federal.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exs. a maparte?

(Assentimento do orador) — Nobre Senador Josaphat Marinho, no momento em que V. Exa. presta homenagem à memória de Octávio Mangabeira, pelo entusiasmo e admiração que tenho à personalidade desse grande brasileiro, eu me sinto bem em interromper a brilhante oração de V. Exa. — e V. Exa. o permite — para solidarizar-me com essa homenagem. V. Exa. descreveu a psicologia perfeita do homem público que marcou época no Brasil. Para mim foi um dos homens mais extraordinários desta Pátria, e o que mais admira, o que mais realça na personalidade de Octávio Mangabeira é exatamente a autenticidade, a virtude raríssima nos dias de hoje e nos dias de ontem em nosso País político. Octávio Mangabeira foi um homem, na verdade, fiel à Democracia e a seus princípios. Teve-os em toda a vida pública, com o máximo de lealdade com que V. Exa. definiu a sua personalidade e a sua ação, e se conservou até a morte. Foi um homem autêntico. V. Exa. perdô-me de interromper seu brilhante discurso com esta homenagem que sai do meu coração, à memória de um dos homens mais puros, mais sinceros, mais patriotas e mais democratas do País.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O testemunho e as palavras de Vossa Excelência, Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, engrandecem e ampliam o conteúdo das expressões que profiro em nome de Bahia, e as transformam, assim, em manifestações da própria representação nacional no Senado. Já agora, pela honrosa intervenção de V. Exa., não alio apenas à reverência do povo baiano o respeito de sua representação no Senado, mas o de outros, em nome da Federação, compõem esta Casa. E então, o sentimento da própria comunidade nacional na nobre prática de dever da justiça. (Muito bem!) — (Muito bem!) — (Palmas) — (O orador é cumprimentado).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Sebastião Archer
Aurélio Vianna
José Feliciano

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra. (Neto).

S. Exa. não está presente.

Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) —

Item único:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1965, de autoria do Sr. Senador José Feliciano, que altera o art. 22 da Lei nº 4.594, de 23 de novembro de 1964 (Lei do Inquilinato), tendo Pareceres (ns. 1.289, de 1965 e 81, de 1966); da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; da Comissão de Legislação Social, contrário.

A matéria está em fase de votação; fica adiada, por falta de quorum.

A presidência vai suspender a sessão por 30 minutos, a espera de que chegue à Mesa o Relatório do corrente ano.

Está suspensa a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 15 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 20 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Sobre a Mesa, o Relatório das atividades do Senado Federal no ano de 1966, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

O Relatório da Presidência referente aos trabalhos da 4ª sessão legislativa ordinária da 59ª legislatura, de 19 de março a 19 de dezembro de 1965, será publicado em suplemento.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A palavra está livre. Qualquer dos Srs. Senadores que deseje ocupar o tribuna poderá fazê-lo, neste período final dos nossos trabalhos. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, o Sr. 2º Secretário vai proceder à leitura da ata desta sessão, que deverá ser, ainda hoje, discutida e aprovada.

E lida e sem debate aprovada a ata.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Cabe-me, neste momento, antes de declarar encerrada a presente sessão, reiterar, de viva voz, os agradecimentos contidos no relatório que trarei pelo Senhor 1º Secretário, dirigidos aos Senhores Membros da Mesa, aos Líderes de partido, a todos os Srs. Senadores, funcionários, representando a imprensa e servidores de outros órgãos que, devante o corrente processo pararam para o bom andamento dos trabalhos do Senado Federal.

A sessão de encerramento da legislatura que hoje termina deveria ser presidida pelo nobre Presidente desta Casa, Senador Moura Andrade. Sua Excelência porém, por motivo de força maior, ficou retido em São Paulo não podendo participar, assim, de nossos trabalhos.

Creio ser do nosso dever fazer consignar na Ata final da presente sessão nossos mais efusivos homenagens ao brilhantismo, à fidelidade democrática e republicana, ao apelo a esta Casa com que o nobre Senador Moura Andrade, durante todo o ano de 1966, como nos anteriores, se condu-

ziu à frente da Presidência do Senado Federal.

Em nome da Mesa e de todos os Senhores Senadores, cujo pensamento julgo interpretar nesta homenagem, devo cumprimentar Sua Excelência, com os nossos agradecimentos efusivos pelos trabalhos relevantes que tem prestado ao Senado da República e, sobretudo, à causa democrática do nosso País.

A atitude do Senado nas crises, por que o Brasil tem atravessado, nos últimos anos, tem sido reconhecida por todos como de alta expressão política, democrática e republicana. Tem-se mantido o Senado Federal à altura das suas elevadas funções, quando sempre com alto espírito público e a mais absoluta dignidade, defendendo de que em todos os transe da vida pública nacional, o seu papel de fidelidade ao sentido de liberdade e democracia, sobretudo de resguardo dos princípios constitucionais que rescala a todos preservar. E nessa função resguarda-los pela maneira que estiver ao nosso alcance, de modo a que sejam sempre sobrepostos, em todas as crises, aos atos em contrário que possam ser praticados por quaisquer autoridade.

Em nome da Mesa agradeço a cooperação de todos os Srs. Senadores, sem cujo esforço não teríamos conseguido a realizar a obra que aqui executamos.

O Senado pela apresentação perante o povo brasileiro como uma Casa legislativa que soube cumprir os seus deveres. Nenhum projeto foi paralizado em suas Comissões ou em qualquer das seções administrativas de que se compõe. Todas as propostas em andamento nesta Casa foram encaminhadas normalmente e aquelas que chegaram ao fim da sua tramitação foram discutidas e votadas no devido tempo. As poucas que ainda não foram discutidas e votadas, porque não chegaram ao final da tramitação. Houve até alguns momentos da corrente sessão legislativa em que da nossa Ordem do Dia restava apenas trabalho de Comissões, por falta de projetos para discussão e votação em plenário.

Isso demonstra que os trabalhos do Senado correm rigorosamente bem.

Assim, podemos encerrar o ano de hoje com a consciência tranquila, certos de que todos cumpriram os nossos deveres, Senadores e Funcionários. Com os de que nenhuma das mensagens qualquer oficial — e muitas são dirigidas ao Poder Legislativo da União — certos ainda de que nenhuma crítica nos demoverá da linha de conduta que nos traçamos e que continuará a orientar os nossos trabalhos de trabalho e de continuidade no esforço e na dedicação com que aqui nos propomos a cuidar dos altos interesses da nossa Pátria. (Muito bem. Palmas).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos).

EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Reunido da Mesa do Senado Federal e do Congresso Nacional em 25 de outubro de 1966, destinando a diplomação dos candidatos eleitos a três de outubro de 1966, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

As onze horas e trinta minutos reuniu-se a Mesa do Senado Federal no Palácio Moura, na cidade de São Paulo, Estado da Guanabara, com a presença dos Senhores Senadores Aurélio Moura Andrade, Presidente e Aurélio Nogueira da Gama, Vice-Presidente; Diante Maria, Relator; Gilberto Marinho, Secretário;

gileiro em torno do nome de Vossa Excelência e do seu Vice-Presidente. (Aplausos).

Agora, permitam-me encerrar essa reunião lembrando-lhes apenas uma passagem da "Nova Floresta", escrita pelo Padre Manoel Bernardes. Ele disse, a certo trecho, que, estando D. João I à mesa, depois de um mal sucedido reencontro com os castelhanos virou-se e exclamou: "Parece-nos que nos faltaram os Cavaleiros da Távola Redonda". Ao que Mem Rodrigues respondeu: "Não faltaram, por certo, que ali se achava fulano, queques respondeu: "Não faltaram, por que vale tanto como D. Galez e eu, que me não tenho em menos conta que D. Roldão; mas faltaram os conselhos de el-rei Arthur, por quem eles se governavam". Referia-se o Padre Manoel Bernardes ao lendário Rei Arthur, homem de grandes feitos, que quisitou as mais belas lendas. Referia-se a ele, que inspirou o Círculo da Távola Redonda e, mais tarde, o Círculo e a demanda do Santo Graal, o vaso da Esmeralda da Santa Ceia,

o Romance de Pericival e tantos outros, que acabaram levando Wagner a compor sua primorosa Lohengrin, onde o Cavaleiro do Cisne se une a Elza de Brabant para defendê-la das ameaças de Telramondo.

Mas deixemos que o próprio Manoel Bernardes prossiga na sua simples e bela narração:

"Arthur foi um Rei da Bretanha, que introduziu em Inglaterra o estilo de ocêrem todos em mesa redonda, para que não houvesse entre nenhum precedência, já que ele próprio não se considerava em precedência a nenhum".

E conclui o Padre Bernardes: "Este Arthur foi tão amado pelo seu povo, que se tornou o grande esperado, ao ponto de nascer o adágio: — "Esperar por Arthur".

Pois encerro estas palavras dizendo que, agora, cabe-nos, a todos, com fé no futuro, *Esperar por Arthur*. (Muito bem. Aplausos).

Encerra-se a reunião, às 12 horas e 30 minutos.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

32ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 1966

As 15.30 horas do dia 29 de novembro de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Josaphat Marinho, Heribaldo Vieira, Bezerra Neto, Edmundo Levi e Menezes Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar — Eurico Rezende — Antônio Carlos — Antônio Balbino — Afonso Arinos — Milton Campos e Arthur Virgílio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra o Senhor Senador Josaphat Marinho lê o parecer ao Projeto de Lei do Senado número 34 de 1966 — Determina a fixação do preço limite no calçado de fabricação nacional e dá outras providências, concluindo pela constitucionalidade e juridicidade, devendo sobre a conveniência e mérito se pronunciarem as Comissões de Indústria e Comércio e de Finanças. Continuando com a palavra, lê seus pareceres sobre os Ofícios números 771-P(1)-59 e 14-P-MC de 1966 do Supremo Tribunal Federal concluindo pela sua aprovação e apresentando Projetos de Resolução.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Passando a presidência ao Senhor Senador Menezes Pimentel, o Senhor Senador Wilson Gonçalves apresenta pareceres aos projetos de lei do Senado número 8-66 — Introduz alterações no Código Eleitoral, concluindo por sobrestar o andamento da matéria até a apreciação da nova Constituição e ao Projeto de Lei do Senado número 2-66 — Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais, do terceiro grau, terminando por sua aprovação com duas emendas.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Reassumindo a presidência, o Senhor Senador Wilson Gonçalves encerra a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 1966

A 15 horas do dia 30 de novembro de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador José Feliciano, presentes os Senhores Senadores Atilio Fontana — José Elmírio de Moraes e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Indústria e Comércio.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Adolpho Franco — Domício Gondim — Figueu Bornhausen e Nelson Maculan.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Atilio Fontana, lê o seu parecer ao Projeto de lei do Senado número 34 de 1966 — Que determina a fixação do preço limite no calçado de fabricação nacional, concluindo pela sua rejeição.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrição é aprovado.

Em seguida, o Senhor Senador José Elmírio de Moraes apresenta seu parecer ao Projeto de Lei da Câmara número 211-66 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.714.834.294, para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional, concluindo pela aprovação do projeto e rejeição das emendas de Plenário.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Brandão, Secretária, a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 1966

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Adalberto Senna, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller — José Feliciano — Manoel Villaga e Melo Braga, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores

Vasconcellos Tôres — Victorino Freire — Arnon de Mello — Sigefredo Pacheco e Nelson Maculan.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que dada como aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente.

Abriando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Melo Braga a fim de relatar a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Melo Braga emite parecer ao Projeto de Lei do Senado número 52, de 1964, que "dispõe sobre a expedição de certidões e informações pelos órgãos da administração pública, autárquica, sociedades de economia mista e entidades de deliberação coletiva e dá outras providências (Apresentado pelo Senhor Senador Bezerra Neto)."

O Senhor Relator ao apreciar a proposição, dentro dos aspectos pertinentes a este órgão, opina pela sua aprovação, com a Emenda de número 1-CCJ, nos termos da subemenda que apresenta, a Emenda número 2-CCJ, oferecendo, ainda, as Emendas de números 3, 4, 5 e 6-CSPC.

Colocado em votação, por unanimidade, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

Resenha dos Trabalhos Legislativos do Senado Federal durante o período de 1º a 20 de outubro de 1966

ORGANIZADA PELA SINOPSE DA SEÇÃO DO PROTOCOLO GERAL DO SENADO FEDERAL A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 1964 — (número do Senado); Projeto de Lei nº 1.720-B-64 — (número na Câmara). Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os artigos 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revogada a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 9-64 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.394-B-61 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas da Caixa de Crédito da Pesca.

(Apresentado pela Mensagem número 386-61 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 4.403-B-62 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender a despesas gerais com eleições, no exercício de 1962.

Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 2.689-65 — (número na Câmara). — Institui o Dia do Oficial de Farmácia do Brasil.

Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 4.682-B-62 — (número na Câmara). — Acrescenta parágrafo único ao art. 263, do Código de Processo Civil.

Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 1.990-B-64 — (número na Câmara). — Isenta do Imposto de consumo, dos direitos de importação e das taxas aduaneiras, ex-

ceto a de previdência, a maquinaria e o material técnico, sem similares de produção nacional destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Henrique Turner).

Projeto de Lei da Câmara nº 222, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.791-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei nº 4.673, de 16 de junho de 1965.

(Apresentado pela Mensagem nº 445 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 223, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.792-A-66 — (número na Câmara). — Dispõe sobre a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

(Apresentado pela Mensagem número 447-66 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.793-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a fazer doações de ambulâncias.

(Apresentado pela Mensagem nº 448 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 225, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.794-A-66 — (número na Câmara). — Assegura a percepção do salário-família aos herdeiros dos militares demitidos ou expulsos.

(Apresentado pela Mensagem nº 450 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 266, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.795-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem nº 451 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 230, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.799-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo através do Ministério da Agricultura, a constituir a sociedade de economia mista "Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas" — (COSAGRI) e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 454-66 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.801-A-66 — (número na Câmara). — Retifica o Anexo I da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, na parte que menciona.

(Apresentado pela Mensagem nº 452 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.805-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um grupo diesel-elétrico inservível.

(Apresentado pela Mensagem nº 453 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 236, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.823-A-66 — (número na Câmara). — Estende a material destinado a uma fábrica de leite em pó a isenção prevista na Lei nº 4.265, de 3 de outubro de 1953.

Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.838-B-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 101.012.744 (cento e um milhões, doze mil setecentos e quarenta e quatro cruzeiros), para ocorrer ao custeio de obras em próprios nacionais atingidos pelos temporais que ocorreram no Es-

tado da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro.

(Apresentado pela Mensagem número 497-66 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.825-B-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para fazer face às despesas com o deslocamento de tropas do IV Exército, requisitadas pela Justiça Eleitoral.

(Apresentado pela Mensagem nº 488 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.830-A-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho das 2ª e 4ª Regiões o crédito suplementar de Cr\$ 3.025.400.000 (três bilhões, vinte e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado a suprir as insuficiências de determinadas dotações do Anexo nº 3 do Orçamento Geral da República.

Projeto de Lei da Câmara nº 240, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.824-B-66 — (número na Câmara). — Abre ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000 (quinze bilhões de cruzeiros) destinado a obras de transmissão e distribuição de energia elétrica nos Estados do Piauí e Maranhão, na região de influência da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

(Apresentado pela Mensagem nº 487 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.828-B-66 — (número na Câmara). — Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinecópias de televisores.

(Apresentado pela Mensagem nº 485 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 243, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.837-B-66 — (número na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 834.229.567 (oitocentos e trinta e quatro milhões duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e sete cruzeiros), em favor da Fundação Getúlio Vargas.

(Apresentado pela Mensagem nº 498 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 252 de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.840-B-66 — (número na Câmara). — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura a abertura, pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, do crédito especial de Cr\$ 388.532.898 (trezentos e noventa e oito milhões quinhentos e trinta e dois mil oitocentos e noventa e oito cruzeiros), para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.

(Apresentado pela Mensagem nº 500 de 1966 — Poder Executivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.874-A-66 — (número na Câmara). — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região créditos suplementares de Cr\$ 1.124.404.670 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica

A PROMULGAÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1965 — (número no Senado). — Projeto de Emenda à Constituição nº 19-B-1964 — (número na Câmara). — Altera a redação do artigo 199 da Constituição Federal, suprimindo-lhe o parágrafo único.

(Apresentado pelo Sr. Deputado José Esteves).

Projeto de Decreto Legislativo número 6, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Decreto Legislativo nº 147-A-57 — (número na Câmara). — Aprova a decisão do Tribunal de Contas de delegatória de registro ao contrato, celebrado entre o Ministério da Agricultura — Seção de Fomento Agrícola — e o Senhor Juscelino Ribeiro da Fonseca, para execução de obras no Posto Agropecuario de Januária.

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Decreto Legislativo nº 241-A-65 — (número na Câmara). — Aprova o Acordo de Cooperação para Usos Cívicos da Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1955.

Projeto de Resolução nº 54, de 1966. — Aposenta, por invalidez, Maria de Maracá Daltro, Oficial Legislativa, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

AO ARQUIVO

(Rejeitados)

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1964 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 1.875-B-60 — (número na Câmara). — Concede aos servidores das Estradas de Ferro Santos a Jundiá e Leopoldina a faculdade de optar pela qualidade de funcionários e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 323, de 1964 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.634-B-61 — (número na Câmara). — Regula o exercício das profissões de Oficial-Barbeiro e de Oficial-Cabeleireiro, institui o salário-mínimo respectivo e dá outras providências.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Adylio Vianna).

A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1966. — Dispõe sobre a reabilitação criminal.

(Apresentado pelo Senhor Senador Guido Mondim).

Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 1965 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 4.052-62 — (número na Câmara). — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao serviço público Federal.

(Apresentado pelo Senhor Deputado Adylio Vianna).

A COMISSÃO DE REDAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1967. — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 2.590-B-61 — (número na Câmara). — Regula a prestação de alimentos provisionais às vítimas de acidentes de transportes e a seus beneficiários, e estabelece outras providências.

(Apresentado pelo Sr. Senador Atílio Vivacqua e outros).

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1964. — Dispõe sobre a contratação de obras e serviços pelo Poder Público com nações ou entidades estrangeiras e com organizações internacionais, e dá outras providências.

Apresentado pelo Sr. Senador Ernânio de Moraes).

Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.451-B-66 — (número na Câmara). — Amplia o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1966 — (número no Senado). — Projeto de Lei nº 3.863-A-66 — (número na Câmara). — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 3ª Região — créditos suplementares de Cr\$ 918.000.000 (novecentos e dez milhões de cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1965 — (número no Senado). — Proj. de Dec. Legislativo nº 203-A-64 — (número na Câmara). — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato de compra e venda, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Ltda.

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1966 — (número no Senado). — Proj. de Dec. Legislativo nº 256-A-65 — (número na Câmara). — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnico entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista Federativa da Jugoslávia, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1962.

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1966. — (número no Senado). — Proj. de Dec. Legislativo nº 265-A-66 — (número na Câmara). — Aprova o texto da Convenção sobre Seguro Social, assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1963.

APROVADOS EM 1º TURNO

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1966. — Estabelece a obrigatoriedade do recolhimento ao Banco do Brasil, ou a outros estabelecimentos oficiais, de crédito, das consignações em pagamentos e depósitos judiciais.

(Apresentado pelo Sr. Senador Bezerra Neto).

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1966. — Atualiza o valor de financiamento atribuído pelo art. 8º da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957.

(Apresentado pelo Sr. Senador Guido Mondim).

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1966. — Estende à Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINANBRA) o disposto na Lei número 1.134 de 14 de junho de 1950.

(Apresentado pelo Sr. Senador Gilberto Marinho).

MENSAGENS APRECIADAS

Mensagem nº 308, de 1966 (número no Senado) — Nº 555, de 1966 (número na Presidência) — Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Sr. Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva, para exercer, em caráter cumulativo com a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Tailândia, a de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Federação da Malásia.

Mensagem nº 309, de 1966 (número no Senado) — Nº 558, de 1966 (número na Presidência) — Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Senhor Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade Juliana, Rainha dos Países Baixos.

Mensagem nº 310, de 1966 (número no Senado) — Nº 557, de 1966 (número na Presidência) — Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Senhor Jorge de Carvalho e Silva para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Colômbia.

Mensagem nº 341, de 1966 (número no Senado) — Nº 607, de 1966 (número na Presidência) — Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação de Socrates Galvêas para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como Representante do Banco Central da República do Brasil.

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES (Apresentados e deferidos)

Requerimento nº 358, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Departamento Administrativo do Serviço Público informações sobre o enquadramento dos técnicos de instalação e conservação em radiocomunicações e de eletrônica.

Requerimento nº 359, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre poluição das águas do Rio Paraíba.

Requerimento nº 360, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Agricultura informações sobre crise da lavoura cacaueteira.

Requerimento nº 361, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Banco do Brasil — CACEX — informações sobre montante das transações efetuadas com a exportação e importação de produtos.

Requerimento nº 362, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre montante gasto na remoção de funcionários.

Requerimento nº 363, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre cobrança de juros nas compras feitas a prazo nos estabelecimentos comerciais.

Requerimento nº 364, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional do Abastecimento, informações sobre extinção de Delegacia.

Requerimento nº 365, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Agricultura informações sobre estocagem de milho.

Requerimento nº 366, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas informações sobre a importação de cimento por esse Ministério.

Requerimento nº 367, de 1966 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas — RFF S.A. — informações sobre extinção do ramal Guapimirim-Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 29 de novembro de 1966. — Célia Tereza Assunção, Chefe da Seção do Protocolo-Geral. — Vicente de Paula de Souza Lopes, Auxiliar Legislativo, PL-10.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Glubert

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger

DA ARENA

Líder — Filinto Müller

Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Abrahão

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atílio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacharias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermirio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Eribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimental
 Benedito Valadarez
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josephat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretária: Mari Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-9.

Reuniões: 4ª.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricoles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Carlos Rezende
 Eribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacharias de Assumpção
 Benedito Valadarez
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricoles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
 Junia Leite
 José Feliciano
 Melo Braga
 Domicio Gondim
 Adolpho Franco

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

José Ermirio
 João Abrahão
 Josephat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimental

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimental
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnou de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedito Valadarez
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josephat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feira, às 15:30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaca
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimental
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josephat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricoles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
 Vivaldo Lima
 Lopes da Costa
 Eurico Rezende
 Eugênio Barros

MDB

José Ermirio
 Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
 Pessoa de Queiroz

Secretária: Mari Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-3.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.